

# INFLUÊNCIA DAS MIGRAÇÕES EUROPEIAS (ALEMÃ, ITALIANA E AÇORIANA) NAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS E NA CULTURA RURAL DE SANTA CATARINA: PERMANÊNCIAS CULTURAIS, ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E TRANSFORMAÇÕES RURAIS

## INFLUENCE OF EUROPEAN MIGRATION (GERMAN, ITALIAN, AND AZORIAN) ON AGRICULTURAL PRACTICES AND RURAL CULTURE IN SANTA CATARINA: CULTURAL CONTINUITY, COMMUNITY ORGANIZATION, AND RURAL TRANSFORMATIONS

Adelcio Machado dos Santos<sup>1</sup>

Solange Sprandel da Silva<sup>2</sup>

Marco Antonio Córdova Ransolin<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a influência das migrações europeias (alemã, italiana e açoriana) nas práticas agrícolas e na cultura rural de Santa Catarina, considerando a agricultura como expressão cultural e não apenas produtiva. A partir de revisão bibliográfica qualitativa, o estudo examina como esses grupos contribuíram para organizar territorialidades específicas, transmitir saberes agrícolas intergeracionais e estruturar formas de sociabilidade baseadas na família, na religiosidade e no trabalho comunitário. Evidencia-se que cada corrente migratória exerceu papel distinto na formação rural catarinense: os açorianos estabeleceram padrões de subsistência e religiosidade litorânea; os alemães introduziram racionalização produtiva, cooperativismo e disciplina agrícola; os italianos

---

1 Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP).

2 Direito e Pedagogia. Mestre em Ciência Jurídica. Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Grupo de Pesquisa: Educação, Política e Sociedade. <https://orcid.org/0009-0001-9274-030X>

3 Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-5091-2123>.

consolidaram modelos de propriedade familiar, vitivinicultura e produção artesanal. Argumenta-se que tais influências não atuam de forma isolada, mas produzem processos contínuos de hibridização cultural, nos quais tradições são reinterpretadas frente às transformações contemporâneas, como modernização agrícola, turismo identitário e patrimonialização cultural. Conclui-se que a ruralidade catarinense resulta de sínteses culturais dinâmicas, que articulam tradição e inovação, constituindo um patrimônio imaterial em permanente reconstrução. Este estudo contribui para aprofundar reflexões sobre etnicidade, memória e desenvolvimento rural no Brasil.

**Palavras-chave:** cultura rural; imigração europeia; práticas agrícolas; patrimônio imaterial; Santa Catarina.

**Abstract:** This article examines the influence of European migrations (German, Italian, and Azorean) on agricultural practices and rural culture in Santa Catarina, considering agriculture not only as a productive activity but as a cultural expression. Based on a qualitative bibliographic review, the study investigates how these groups contributed to shaping specific territorialities, transmitting intergenerational agricultural knowledge, and structuring sociability through family organization, religiosity, and communal labor. Findings indicate that each migratory flow played a distinct role: Azoreans established subsistence systems and coastal religious traditions; Germans introduced productive rationalization, cooperativism, and disciplined land use; Italians strengthened family-based property structures, viticulture, and artisanal food production. These influences do not operate in isolation; instead, they generate ongoing processes of cultural hybridization in which traditions are reinterpreted amid contemporary transformations such as agricultural modernization, heritage tourism, and cultural patrimonialization. The study concludes that rural culture in Santa Catarina results from dynamic cultural syntheses that combine tradition and innovation, forming an intangible heritage in constant reconstruction. This research contributes to broader discussions on ethnicity, memory, and rural development in Brazil.

**Keywords:** rural culture; European immigration; agricultural practices; intangible heritage; Santa Catarina.

## INTRODUÇÃO

A constituição da cultura rural de Santa Catarina está profundamente ligada aos fluxos migratórios europeus que se intensificaram entre os séculos XVIII e XX. Alemães, italianos e açorianos estabeleceram-se em diferentes regiões do estado, trazendo consigo modos de vida, técnicas agrícolas, formas de organização comunitária, práticas religiosas, tradições culinárias e sistemas simbólicos que, ao longo das gerações, passaram por processos de adaptação, permanência e reinvenção. A presença desses grupos deixou marcas profundas na paisagem social e produtiva catarinense, tornando o estado um dos mais expressivos mosaicos culturais do país no que diz respeito à ruralidade. Compreender esse fenômeno exige uma abordagem antropológica sensível ao entrelaçamento entre cultura, território, memória e práticas cotidianas.

Neste contexto, o presente estudo busca analisar de que maneira as migrações alemã, italiana e açoriana influenciaram e ainda influenciam as práticas agrícolas e a cultura rural de Santa Catarina. A agricultura, entendida como um sistema técnico-cultural, não representa apenas um conjunto de técnicas produtivas, mas um campo simbólico no qual tradições, saberes e identidades são transmitidos e ressignificados ao longo do tempo. Nas comunidades rurais catarinenses, é possível observar a permanência de sistemas de cultivo específicos, o cuidado com a terra baseado em valores familiares e comunitários, a produção artesanal de alimentos e a manutenção de festas, rituais e sociabilidades que revelam as heranças deixadas pelos primeiros colonizadores europeus.

O problema central que orienta este trabalho consiste em investigar como as heranças culturais desses grupos se manifestam nas práticas agrícolas contemporâneas, nas formas de organização comunitária e na cultura rural de modo mais amplo. Partindo da hipótese de que tais

heranças permanecem vivas e atuantes, constituindo um sistema híbrido entre tradição e modernidade, busca-se identificar as permanências culturais, bem como compreender os mecanismos de adaptação aos novos contextos socioeconômicos e às transformações do mundo rural no século XXI. Assim, a investigação considera tanto elementos tradicionais, transmitidos intergeracionalmente, quanto mudanças decorrentes da modernização agrícola, do êxodo rural e das novas dinâmicas produtivas.

Os objetivos da pesquisa articulam-se à necessidade de compreender a influência das migrações europeias na cultura agrícola catarinense. O objetivo geral consiste em analisar como as migrações alemã, italiana e açoriana moldaram e continuam moldando os modos de vida e de produção nas comunidades rurais. Para isso, os objetivos específicos incluem: identificar as heranças europeias presentes nos métodos de cultivo e manejo da terra; compreender a relação entre organização familiar, etnicidade e estrutura das propriedades rurais; e verificar como essas tradições vêm se transformando diante das modernizações agrícolas.

A relevância deste estudo repousa na contribuição que oferece à antropologia rural, aos estudos sobre etnicidade e à valorização do patrimônio imaterial. Compreender a formação cultural catarinense a partir das migrações europeias não significa apenas revisitar o passado, mas reconhecer as dinâmicas culturais que estruturam o presente e orientam o futuro das comunidades rurais. Além disso, a pesquisa busca dar visibilidade aos saberes e práticas tradicionais que, muitas vezes, permanecem invisibilizados nos debates sobre desenvolvimento rural, mas que constituem parte essencial da identidade catarinense e brasileira.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **ANTROPOLOGIA RURAL E CULTURAS CAMPONESAS**

A antropologia rural constitui um campo de investigação dedicado à compreensão das formas de vida, sistemas simbólicos, práticas produtivas e relações sociais estabelecidas em contextos rurais, considerando o território como elemento estruturante de identidades, saberes e tradições. No Brasil,

importantes contribuições teóricas derivam de estudos sobre campesinato, organização comunitária e modos de produção agrícola de base familiar, os quais evidenciam a ruralidade não apenas como um espaço geográfico, mas como um sistema cultural dinâmico e historicamente construído (Cândido, 1975).

A noção de cultura camponesa, amplamente debatida nos estudos antropológicos, refere-se a conjuntos de valores, práticas e estratégias de reprodução social baseadas na relação com a terra, na organização familiar da produção e na transmissão intergeracional de saberes. Essas práticas, segundo Martins (1983), configuram formas de resistência cultural diante das pressões do capitalismo agrário e das transformações tecnológicas, preservando elementos tradicionais ao mesmo tempo em que incorporam novas adaptações socioeconômicas. Tais processos mostram que o campesinato não deve ser compreendido como resíduo histórico, mas como formação social ativa e mutável.

Woortmann (1990) enfatiza que a cultura rural é estruturada por sistemas simbólicos que articulam parentesco, religião, memória e propriedade da terra. Nessas sociedades, a agricultura cumpre função que ultrapassa a produção material, configurando-se como prática cultural portadora de valores e identidades. A organização familiar do trabalho, por exemplo, expressa um modo de vida que integra moralidade, hierarquias de gênero, papéis geracionais e espiritualidade, estabelecendo mecanismos de coesão comunitária. No caso de comunidades marcadas por migrações europeias, como os presentes em Santa Catarina, tais elementos são também atravessados por heranças étnicas, resultando em especificidades culturais que articulam tradição e pertencimento territorial.

Observa-se que alguns estudos contemporâneos reforçam essa perspectiva ao analisar o papel da agricultura familiar na manutenção da diversidade sociocultural do meio rural brasileiro. Schneider (2016) argumenta que a ruralidade contemporânea se caracteriza por forte pluralidade, abrangendo não apenas práticas produtivas, mas processos de patrimonialização cultural, turismo rural, produção artesanal e redes solidárias. Nesse sentido, o rural torna-se um espaço híbrido, situado entre tradição e modernidade, onde identidades locais são reposicionadas em novos mercados simbólicos e econômicos.

Além disso, pesquisas recentes sobre patrimônio imaterial e territorialidades rurais destacam a importância das práticas agrícolas como mediadoras de memória e identidade, sobretudo em regiões formadas por migrações europeias. Segundo Medeiros (2020), essas práticas funcionam como marcadores étnicos que reforçam vínculos comunitários, legitimam narrativas históricas e contribuem para a continuidade cultural em contextos globais. Assim, compreender culturas camponesas implica reconhecer o rural como espaço de permanência e transformação, no qual saberes tradicionais se articulam com inovações tecnológicas e demandas produtivas.

## **MIGRAÇÕES EUROPEIAS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA**

As migrações europeias para o Brasil constituem um processo histórico complexo que se intensificou entre os séculos XVIII e XX, motivado por fatores geopolíticos, econômicos e ideológicos que articularam tanto interesses do Estado brasileiro quanto dinâmicas sociais internas aos países de origem. No contexto nacional, a política de colonização europeia esteve vinculada à ocupação territorial, à substituição gradual do trabalho escravo e à construção de um projeto de “branqueamento” populacional, amplamente discutido por historiadores e antropólogos (Seyferth, 1990). Segundo Fausto (1999), a chegada de imigrantes europeus após a independência ocorreu em ondas sucessivas, envolvendo principalmente alemães, italianos, portugueses, poloneses e açorianos, inseridos em projetos agrícolas voltados à formação de colônias produtivas baseadas no trabalho familiar e na propriedade pequena ou média.

Em Santa Catarina, tais movimentos adquiriram características peculiares ligadas à divisão regional das correntes migratórias. A imigração açoriana, considerada uma das primeiras e iniciada ainda no século XVIII, foi responsável pela ocupação do litoral catarinense, introduzindo estruturas socioculturais voltadas para a pesca artesanal, a produção de farinha, a religiosidade católica e práticas comunitárias baseadas na vida insular (Souza, 2013). Essas comunidades, ao longo do tempo, expandiram-se para áreas rurais próximas ao litoral, mantendo elementos culturais como folgedos,

festas religiosas e cozinha típica, que hoje compõem o patrimônio imaterial do estado.

A imigração alemã, iniciada oficialmente em 1829 com a fundação da Colônia São Pedro de Alcântara, concentrou-se principalmente no Vale do Itajaí e no Norte catarinense. Essa corrente migratória trouxe modelos agrícolas baseados em policultivo, uso racional da terra e organização familiar disciplinada do trabalho, além de uma forte vida comunitária marcada por associações escolares, igrejas luteranas e sociedades recreativas (Seyferth, 2000). Tais elementos influenciaram profundamente o desenvolvimento econômico e sociocultural regional, promovendo a formação de um ethos produtivo centrado na ética do trabalho, na economia doméstica e no cooperativismo.

A imigração italiana, intensificada no final do século XIX, fixou-se especialmente na Serra Catarinense e no Sul do estado, introduzindo práticas agrícolas associadas à viticultura, à produção artesanal de alimentos e à organização social baseada em redes familiares extensas (De Boni; Costa, 1987). Segundo Campos (2019), as colônias italianas influenciaram também a paisagem cultural regional, evidenciada na culinária, na arquitetura rural, nas festividades religiosas e na centralidade da família como eixo de transmissão cultural.

No século XX, todas essas matrizes migratórias sofreram transformações significativas decorrentes da modernização agrícola, industrialização regional, políticas agrárias e reconfigurações identitárias. Entretanto, os elementos culturais que estruturaram sua formação inicial permanecem, produzindo sistemas híbridos que articulam tradição, etnicidade e inovação tecnológica (Campos, 2019a). Em Santa Catarina, compreender o rural implica, portanto, analisar não apenas práticas produtivas, mas processos históricos de formação cultural em que migração, território e identidade se entrelaçam.

## **CULTURA AGRÍCOLA, ETNICIDADE E PATRIMÔNIO IMATERIAL**

A cultura agrícola pode ser compreendida como um sistema de práticas técnicas, simbólicas e sociais vinculadas ao manejo da terra, à produção de alimentos e à organização do trabalho rural,

constituindo um campo em que tradição, memória e identidade se articulam de forma indissociável. Nesse sentido, a agricultura ultrapassa sua dimensão produtiva e econômica, configurando-se como fenômeno cultural dotado de significados próprios, transmitidos intergeracionalmente e vinculados à territorialidade (Woortmann; Woortmann, 1997). No contexto brasileiro, especialmente em comunidades rurais formadas por migrações europeias, as práticas agrícolas expressam heranças étnicas marcadas por técnicas específicas de cultivo, modos de organização familiar e rituais associados ao ciclo produtivo, como colheitas, festas religiosas e produção artesanal de alimentos.

A etnicidade, por sua vez, refere-se a processos de identificação coletiva e afirmação simbólica baseados em origem cultural, memória histórica e pertencimento (Barth, 2000). No meio rural, a identidade étnica é frequentemente materializada em práticas agrícolas e alimentares, constituindo marcadores sociais de distinção. Conforme aponta Abreu (2018), técnicas de cultivo, conservação de sementes crioulas, manejo florestal e sistemas de policultivo podem funcionar como expressões de identidades coletivas, sobretudo quando associadas a narrativas históricas de migração. Em Santa Catarina, isso se verifica, por exemplo, na vitivinicultura italiana, nos engenhos açorianos de farinha de mandioca e nas hortas familiares de matriz alemã, que integram repertórios culturais transmitidos dentro dos grupos e reconhecidos socialmente como signos de ancestralidade.

A noção de patrimônio imaterial amplia essa discussão ao reconhecer esses saberes e práticas como bens culturais coletivos que devem ser preservados, valorizados e documentados. A perspectiva antropológica sobre patrimônio cultural, conforme aponta Arantes (2016), rompe com concepções monumentalistas e enfatiza práticas vivas, dinâmicas e situadas em contextos de uso cotidiano. Dessa forma, atividades como produção de alimentos tradicionais, festas rurais, uso de técnicas agrícolas herdadas e transmissão oral de saberes constituem expressões patrimoniais que reforçam vínculos comunitários e fortalecem identidades étnicas. No caso catarinense, diversos elementos ligados às migrações europeias já integram políticas de salvaguarda cultural, como o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), aplicado em comunidades açorianas e ítalo-brasileiras.

Contudo, esses patrimônios não permanecem imunes a transformações sociotécnicas. A

intensificação da modernização agrícola, a expansão do agronegócio, o êxodo rural e as mudanças geracionais têm provocado, segundo Menezes (2021), processos de ressignificação cultural que colocam em tensão tradição e inovação. Nesse contexto, práticas agrícolas tradicionais podem ser reinterpretadas como estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, turismo rural e certificação de produtos com identidade cultural, deslocando seu sentido originalmente comunitário para novos espaços econômicos e simbólicos.

## **TERRITORIALIDADE E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

A territorialidade constitui um dos eixos centrais dos estudos antropológicos sobre sociedades rurais, pois envolve não apenas a apropriação material do espaço, mas também a construção de vínculos simbólicos, identitários e históricos entre grupos sociais e o território que ocupam. Segundo Raffestin (1993), o território não é apenas um recorte físico, mas o resultado de relações de poder mediadas por processos culturais, econômicos e afetivos. Em contextos rurais, essas relações frequentemente se expressam no modo como a terra é utilizada, herdada, cultivada e ritualizada, tornando-se fundamento das dinâmicas comunitárias e da organização social.

No Brasil, as territorialidades rurais estão intimamente ligadas a estruturas familiares e comunitárias que organizam a vida social a partir do trabalho agrícola, da reciprocidade, da vizinhança e da memória coletiva. Conforme assinala Woortmann (1995), o território é também um lugar de ancestralidade e de continuidade, no qual práticas produtivas e valores morais reforçam vínculos culturais entre as gerações. Em comunidades formadas por migrações europeias, como os presentes em Santa Catarina, a territorialidade assume ainda uma camada étnica, pois a ocupação da terra está relacionada a projetos coloniais de agrupamento por origem cultural, como observado nas colônias alemãs do Vale do Itajaí e nas colônias italianas da Serra Catarinense (Seyferth, 2000).

A organização comunitária, nesse contexto, se estrutura tanto por redes familiares extensas quanto por instituições sociais criadas no âmbito dessas comunidades, como igrejas, sociedades

recreativas, cooperativas e associações culturais. De acordo com Tedesco (2014), essas organizações desempenham papel central na manutenção de identidades étnicas e no fortalecimento de processos de autonomia comunitária, articulando economia local, festividades e sistemas de ajuda mútua. Entre imigrantes alemães, por exemplo, a organização comunitária historicamente se vinculou ao associativismo e ao cooperativismo, que se expandiram no século XX e transformaram-se em importantes agentes econômicos regionais. Entre italianos, as redes de parentesco e a gestão familiar da propriedade agrícola constituíram-se como núcleo de sociabilidade, garantindo a transmissão de tradições alimentares e agrícolas (Campos, 2019). Já os açorianos estabeleceram territorialidades marcadas pela vida insular, pelo catolicismo e por comunidades de pesca e agricultura com forte base ritual (SOUZA, 2013).

Contudo Campos (2019) reafirma que a territorialidade rural não permanece estática; ela é constantemente ressignificada diante de novas dinâmicas produtivas e urbanísticas. A modernização agrícola, a expansão das agroindústrias, o avanço do turismo étnico-cultural e a patrimonialização de práticas tradicionais têm transformado os usos do território e reconfigurado relações comunitárias. Conforme Pereira (2022), as comunidades rurais contemporâneas vivenciam um processo simultâneo de continuidade e ruptura, no qual algumas tradições agrícolas são revitalizadas como recurso econômico e identitário, enquanto outras são abandonadas por pressões mercadológicas ou mudanças geracionais. Nesse cenário, a compreensão da territorialidade permite analisar como o patrimônio cultural e as práticas agrícolas se adaptam à globalização e à economia rural contemporânea.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, com enfoque antropológico, fundamentado em uma perspectiva histórico-cultural e interpretativa. A abordagem adotada parte do entendimento de que práticas agrícolas, identidades étnicas e dinâmicas comunitárias não podem ser analisadas apenas como fenômenos econômicos ou técnicos, mas como expressões

simbólicas e sociais vinculadas a processos migratórios e formas específicas de territorialidade. Assim, a metodologia se ancora na revisão bibliográfica como eixo central de investigação, buscando identificar, comparar e interpretar estudos acadêmicos que tratam da presença alemã, italiana e açoriana no contexto rural de Santa Catarina, especialmente no período contemporâneo.

O levantamento bibliográfico considerou obras publicadas entre 2018 e 2025, conforme estabelecido na ficha técnica, contemplando artigos científicos, teses, dissertações e livros que abordam migrações, antropologia rural, cultura camponesa, patrimônio imaterial e identidade étnica. Também foram incluídos autores clássicos da antropologia e sociologia rural, cuja produção teórica constitui base interpretativa para compreender as dinâmicas culturais presentes no campo catarinense. A seleção das fontes priorizou publicações com relevância metodológica e teórica para o tema, especialmente aquelas com estudos empíricos realizados nas regiões de colonização europeia do estado.

A análise dos dados bibliográficos ocorreu por meio de leitura analítica e categorização temática, identificando e relacionando conteúdos referentes a práticas agrícolas tradicionais, influências culturais dos grupos migrantes, organização comunitária e processos contemporâneos de transformação rural. Esse procedimento interpretativo permitiu compreender a continuidade das heranças europeias e suas reconfigurações diante das mudanças sociais, tecnológicas e econômicas. A delimitação geográfica concentra-se em comunidades rurais com forte presença cultural europeia, como o Vale do Itajaí, a Serra Catarinense e o litoral da Grande Florianópolis, garantindo coerência com a especificidade histórica de cada grupo migrante. Dessa forma, a metodologia adotada possibilita uma análise consistente e contextualizada sobre as relações entre migração, cultura e práticas agrícolas no meio rural catarinense.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### COLONIZAÇÃO ALEMÃ E SUAS INFLUÊNCIAS NA RURALIDADE CATARINENSE

A colonização alemã em Santa Catarina representa um dos processos formadores mais significativos da estrutura sociocultural rural do estado, estabelecendo bases econômicas, religiosas, linguísticas e organizacionais que persistem até o presente. A imigração germânica iniciou-se formalmente em 1829 com a fundação da Colônia São Pedro de Alcântara, tornando-se posteriormente mais intensa na região do Vale do Itajaí e do Norte catarinense, onde se estruturaram núcleos familiares voltados para o policultivo, o trabalho agrícola disciplinado e a propriedade fundiária de pequena e média escala (Seyferth, 1990). Conforme destaca Willems (1980), a formação dessas colônias alemãs não se deu de forma espontânea, mas como resultado de projetos estatais e privados que buscavam desenvolver áreas economicamente estratégicas e estabelecer populações de origem europeia nas regiões sulinas do Brasil.

A contribuição alemã para a cultura agrícola catarinense pode ser observada na adoção de práticas produtivas que integravam agricultura de subsistência, horticultura intensiva e criação de animais, baseadas em saberes trazidos da Europa central e adaptados às condições climáticas e geográficas locais. Seyferth (2000) argumenta que o ethos do trabalho germânico, associado à racionalidade econômica doméstica e à organização familiar, estruturou modos de produção nos quais disciplina, economia e uso sistemático dos recursos naturais constituíram elementos centrais da sociabilidade rural. A introdução de técnicas de cultivo em faixas, uso de adubação orgânica e rotação de culturas, além do desenvolvimento de formações cooperativas, reforça a ideia de que a agricultura alemã produziu impactos duradouros no modelo produtivo regional.

Para além da produção material, a imigração alemã também influenciou profundamente a organização comunitária, com forte ênfase em instituições religiosas e educacionais. Igrejas luteranas, escolas comunitárias e sociedades recreativas consolidaram-se como espaços de sociabilidade, manutenção linguística e transmissão de valores étnicos (Kreutz, 2004). Tais estruturas reforçaram

mecanismos de coesão interna, articulando identidade étnica e vida rural. Campos (2019) destaca que, mesmo após processos de nacionalização cultural no século XX, muitos desses elementos persistiram transformados, contribuindo para uma identidade híbrida que combina referências germânicas e brasileira.

No âmbito cultural, as comunidades alemãs mantiveram práticas culinárias, festividades agrícolas e rituais ligados ao ciclo produtivo, como festas da colheita e eventos religiosos que valorizam o trabalho rural. Essas práticas funcionam como patrimônio imaterial, reforçando vínculos intergeracionais e narrativas identitárias. Arantes (2016) pontua que tais elementos culturais, quando articulados à produção artesanal e ao turismo rural, tornam-se também bens culturais economicamente valorizados, inserindo tradições agrícolas em mercados contemporâneos.

Contemporaneamente, observa-se que as heranças culturais alemãs nas áreas rurais catarinenses vêm passando por processos de ressignificação diante da modernização agrícola e do avanço do agronegócio. Pereira (2022) afirma que antigas formas de produção familiar coexistem com cadeias produtivas tecnificadas, resultando em modelos híbridos que articulam tradição e inovação. Assim, a influência da colonização alemã permanece ativa, não como legado estático, mas como matriz cultural em constante reconstrução.

## **COLONIZAÇÃO ITALIANA E MODELOS DE PROPRIEDADE FAMILIAR**

A colonização italiana no Sul do Brasil, intensificada entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, constitui um dos pilares da formação sociocultural e produtiva de diversas regiões rurais catarinenses, especialmente na Serra e no Sul do estado. Diferentemente das experiências alemãs majoritariamente orientadas por iniciativas governamentais imperiais no início do século XIX, a imigração italiana esteve fortemente vinculada a políticas republicanas de expansão agrícola e à fragmentação fundiária baseada na pequena propriedade familiar, como observa De Boni (1987). Essa configuração territorial moldou modos de vida nos quais parentesco, comunidade e

trabalho agrícola se articulam como elementos estruturantes da identidade rural ítalo-brasileira.

Segundo Seyferth (2000), a organização social das colônias italianas caracterizou-se pela centralidade da família extensa enquanto unidade econômica e moral, responsável pela posse e transmissão da terra, pelo trabalho agrícola diário e pela manutenção das tradições culturais. Esse modelo, sustentado por vínculos de cooperação entre núcleos domésticos, favoreceu a consolidação de redes de solidariedade e reciprocidade, visíveis em práticas como mutirões, partilha de sementes e festividades religiosas vinculadas ao ciclo agrícola. A terra, nesse contexto, assume sentido simbólico e patrimonial, configurando-se como bem transmitido entre gerações e como marcador da continuidade familiar (Almeida, 2009).

Do ponto de vista produtivo, os imigrantes italianos introduziram sistemas agrícolas diversificados, com destaque para a vitivinicultura, a horticultura doméstica e a produção artesanal de alimentos, como queijos, embutidos e massas, práticas que se consolidaram como expressões identitárias e econômicas. Campos (2019) afirma que a produção vitivinícola, embora fortemente reconfigurada por tecnologias contemporâneas, permanece entendida como patrimônio cultural e elemento distintivo das comunidades italianas, constituindo um campo simbólico no qual memória, economia e tradição convergem. Esse fenômeno reforça a tese de que a agricultura não atua apenas como atividade produtiva, mas como mediadora de pertencimento étnico.

No plano cultural e religioso, a devoção católica, a organização paroquial e as festas comunitárias desempenharam papel central na coesão social, tornando-se espaços de transmissão identitária e reafirmação da origem migrante. De acordo com Zanini (2014), tais festividades funcionam como rituais de memória e territorialidade, reforçando laços entre famílias, comunidade e terra. Esses espaços também serviram historicamente como arenas de negociação política e econômica, estruturando formas locais de governança comunitária.

No aspecto contemporâneo atual, as comunidades de descendência italiana enfrentam transformações decorrentes da modernização agrícola, do êxodo rural e da inserção de suas práticas culturais em circuitos turísticos e patrimoniais. Menezes (2021) destaca que tais transformações

produzem novos sentidos para a tradição, deslocando práticas agrícolas familiares para mercados especializados e narrativas patrimoniais, sem, contudo, romper integralmente os vínculos identitários. Assim, a colonização italiana permanece como matriz cultural ativa, na qual terra, família e produção constituem elementos centrais na reprodução social e simbólica das comunidades rurais catarinenses.

## **COLONIZAÇÃO AÇORIANA: PESCA, AGRICULTURA E CULTURA LITORÂNEA**

A colonização açoriana em Santa Catarina antecede historicamente as correntes migratórias alemã e italiana, iniciando-se em meados do século XVIII como parte de um projeto luso-brasileiro de ocupação estratégica do litoral para defesa militar, controle territorial e povoamento agrícola inicial (Souza 2013). Os açorianos foram responsáveis pela formação das primeiras comunidades de base insular e pesqueira no estado, especialmente na Ilha de Santa Catarina e ao longo do litoral de Florianópolis, Laguna e Santo Antônio de Lisboa, desenvolvendo um modo de vida caracterizado pela articulação entre pesca artesanal, cultivos agrícolas de subsistência e forte sociabilidade religiosa (Corrêa, 1996). Embora muitas vezes associados exclusivamente à cultura marítima, os açorianos exerceram também papel importante na constituição de práticas agrícolas tradicionais que, ao longo de gerações, deslocaram-se gradualmente para áreas rurais do interior litorâneo.

A agricultura açoriana foi marcada por sistemas produtivos voltados à subsistência, com destaque para a produção de mandioca e seus derivados, especialmente a farinha, cuja produção comunitária em engenhos consolidou espaços de cooperação social e ritualidade coletiva (Pereira, 2022). Esses engenhos constituíram centros de sociabilidade, onde práticas produtivas eram acompanhadas de festividades religiosas, trocas de trabalho e transmissão oral de saberes. Conforme destaca Arantes (2016), tais práticas podem ser compreendidas como patrimônio cultural imaterial, uma vez que articulam técnica, memória e identidade territorial. A culinária baseada em frutos do mar, mandioca e preparações coletivas, como o “pirão” e o “berbigão”, reforça esses vínculos culturais, funcionando como marcadores étnicos que distinguem comunidades açorianas no território

catarinense (Souza, 2013).

No âmbito organizacional, as comunidades açorianas estruturaram-se em torno de irmandades religiosas, festas do Divino Espírito Santo e devoções católicas que articulam religiosidade e identidade étnica. De acordo com Corrêa (1996), tais festividades desempenharam papel central na manutenção da coesão social e na organização comunitária, funcionando como dispositivos de pertencimento e continuidade cultural. A territorialidade açoriana, portanto, ultrapassa a dimensão geográfica, configurando-se como espaço simbólico construído pela ancestralidade, pelo catolicismo popular e pela memória marítima. Entretanto, observa-se que a cultura açoriana passou por intensos processos de transformação no século XX, sobretudo com a urbanização do litoral catarinense, o declínio das comunidades pesqueiras tradicionais e a valorização turística da identidade açoriana como patrimônio cultural. Segundo Menezes (2021), práticas rurais antes vinculadas à subsistência passaram a integrar circuitos econômicos ligados ao turismo étnico, gastronomia patrimonial e produção artesanal certificada, resultando na ressignificação simbólica da tradição. Esse processo, embora promova visibilidade cultural, também pode gerar tensões entre preservação e comercialização das práticas identitárias.

Dessa forma, Menezes (2021) reitera que, apesar dessas transformações, a herança açoriana permanece fundamental para compreender as ruralidades do litoral catarinense, especialmente no que se refere à articulação entre práticas produtivas, religião popular e territorialidade. A cultura açoriana não se mantém como remanescência estática, mas como matriz cultural em permanente reinvenção, mediada por deslocamentos populacionais, políticas patrimoniais e novas formas de relação com a terra e o mar.

## **HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL NAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS CATARINENSES**

A formação das práticas agrícolas em Santa Catarina é resultado de um processo histórico de longa duração no qual diferentes matrizes culturais — especialmente açoriana, alemã e italiana

— interagiram entre si e com o contexto social, ambiental e econômico regional. Tal interação não configurou apenas sobreposição cultural, mas produziu fenômenos de hibridização, entendidos como processos nos quais elementos culturais distintos se combinam, gerando formas sociais e produtivas novas, reinterpretadas e dinâmicas. Conforme Canclini (1997), a hibridização cultural não implica fusão homogênea de tradições, mas sim negociações permanentes entre práticas, valores e identidades, frequentemente resultando em sínteses que respondem a demandas históricas e estruturais específicas. No contexto catarinense, tais sínteses manifestam-se na agricultura familiar, nas sociabilidades rurais e nas expressões patrimoniais ligadas ao campo.

A cultura açoriana estabeleceu bases iniciais de subsistência, uso comunitário dos engenhos, religiosidade popular e vínculos entre pesca, agricultura e vida litorânea (Souza, 2013). Com a chegada dos alemães no século XIX, novos modelos agrícolas voltados ao policultivo, ao planejamento produtivo e ao uso disciplinado da terra contribuíram para alterar significativamente a estrutura agrária regional, introduzindo práticas que combinavam racionalidade econômica doméstica e organização familiar do trabalho (Seyferth, 2000). Posteriormente, a imigração italiana acrescentou elementos ligados à vitivinicultura, horticultura intensiva e produção alimentar artesanal, reforçando uma lógica produtiva baseada na propriedade familiar como símbolo de continuidade intergeracional (De Boni, 1987).

Esses três sistemas culturais não permaneceram isolados. A partir da convivência territorial, intercâmbios econômicos e redes religiosas e comunitárias, configurou-se um ambiente em que práticas culturais foram reinterpretadas, gerando novos repertórios. Woortmann e Woortmann (1997) destacam que processos de ruralidade híbrida ocorrem quando valores ancestrais são recontextualizados diante de mudanças socioeconômicas, criando novas formas de produção e sociabilidade. Um exemplo emblemático no contexto catarinense é a combinação entre policultivo de matriz germânica e vitivinicultura italiana, observada em propriedades familiares da Serra Catarinense, onde o cultivo de videiras convive com hortas multiespecíficas, criação de animais e produção de derivados alimentares para consumo doméstico e comercialização regional (Campos, 2019).

A incorporação da mandioca pode ser apontada como uma outra perspectiva desse processo, historicamente associada à cultura açoriana, como produto alimentar integrado a práticas culinárias e produtivas de descendentes alemães e italianos, especialmente na forma de derivados comercializados em feiras e festas agrícolas regionais. Essa ressignificação evidencia a circulação de insumos e saberes entre grupos, produzindo novas identidades culinárias e produtivas. Como observa Arantes (2016), patrimônios culturais rurais reconfiguram-se quando inseridos em mercados turísticos e gastronômicos, alterando tanto seu valor simbolicamente atribuído quanto suas funções sociais.

Além da circulação de técnicas agrícolas, a hibridização manifesta-se na organização comunitária, especialmente por meio de festas rurais, cooperativas e associações culturais que, embora historicamente vinculadas a grupos étnicos específicos, tornaram-se espaços plurais de convivência. As festas de colheita, influenciadas por tradições germânicas, hoje incluem repertórios italianos e açorianos, com gastronomia, rituais religiosos e celebrações sincréticas que integram diversos grupos identitários (Kreutz, 2004). Da mesma forma, cooperativas originalmente ligadas à colonização alemã expandiram sua atuação para agricultores de ascendências diversas, consolidando redes produtivas híbridas (Pereira, 2022).

No século XXI, a hibridização cultural também se relaciona às mudanças tecnológicas e às pressões do agronegócio. Menezes (2021) argumenta que comunidades rurais vêm reinterpretando tradições como recursos estratégicos para sustentabilidade econômica, especialmente na produção artesanal certificada, turismo rural e certificações de origem. Nesses casos, elementos europeus tradicionais são ressignificados como ativos culturais para inserção em mercados especializados, transformando tradições ancestrais em branding identitário territorial.

Apesar dessa reconfiguração, o processo não elimina tensões. A hibridização pode gerar disputas simbólicas sobre autenticidade cultural, apropriação comercial e hierarquias identitárias, especialmente quando certas matrizes culturais recebem maior visibilidade institucional do que outras (Canclini, 1997). Assim, compreender a hibridização agrícola catarinense implica reconhecer que cultura rural é processo em movimento, marcado por negociações contínuas, preservação seletiva

e inovação sociotécnica.

## TRANSFORMAÇÕES RURAIS CONTEMPORÂNEAS

As ruralidades catarinenses, estruturadas historicamente por matrizes culturais europeias e pela agricultura familiar, vêm passando por intensas transformações desde o final do século XX, sobretudo em razão da modernização agrícola, da industrialização regional, do êxodo rural e da reconfiguração das identidades territoriais (Campos, 2019). Essas mudanças refletem processos amplos da sociedade brasileira, vinculados à globalização econômica, à expansão do agronegócio e às novas formas de circulação cultural e tecnológica no campo. Assim, compreender o rural contemporâneo exige analisar tanto os mecanismos de ruptura com práticas tradicionais quanto os processos de ressignificação cultural que reatualizam identidades locais.

A modernização agrícola introduziu novas tecnologias, insumos industriais, mecanização e integração vertical a cadeias produtivas, alterando os modos de trabalho e a estrutura fundiária em comunidades rurais. De acordo com Schneider (2016), esse processo desloca a agricultura familiar de seu papel exclusivamente produtivo para múltiplas funções econômicas e socioculturais, incluindo prestação de serviços, agroindustrialização artesanal e turismo rural. Em Santa Catarina, tais transformações afetaram diretamente práticas agrícolas associadas aos grupos europeus, que passaram a coexistir com sistemas tecnificados voltados à competitividade de mercado, especialmente em setores como leite, fruticultura e produção de carnes.

Paralelamente, a intensificação do êxodo rural contribuiu para mudanças demográficas significativas. Segundo Menezes (2021), a saída de jovens para centros urbanos provoca rupturas nos processos de transmissão intergeracional de saberes tradicionais, gerando risco de perda cultural, mas também abrindo caminhos para retornos migratórios com novas competências profissionais e tecnológicas. Em muitos casos, descendentes retornam ao campo com formação universitária, reorganizando a produção agrícola de forma tecnificada e, simultaneamente, resgatando elementos

culturais familiares, como culinária étnica e festivais agrícolas.

Ao mesmo tempo, os elementos culturais associados à imigração europeia vêm sendo revalorizados em políticas públicas de patrimônio e em mercados turísticos. Arantes (2016) argumenta que a patrimonialização transforma práticas culturais vivas em bens simbólicos institucionalizados, frequentemente articulados a circuitos econômicos especializados. No contexto catarinense, festas de colheita, rotas gastronômicas, produções artesanais e festividades religiosas passaram a compor estratégias de desenvolvimento territorial, como no Vale Europeu e na Serra Catarinense, reforçando vínculos identitários, mas também gerando tensões entre preservação cultural e mercantilização.

Outro fator importante é a reconfiguração produtiva gerada pela integração com cadeias industriais agroexportadoras. Campos (2019) observa que pequenos produtores descendentes de europeus têm sido incorporados como fornecedores de grandes conglomerados agroindustriais, adaptando práticas tradicionais a padrões técnicos e sanitários exigidos por mercados globais. Esse processo produz formas híbridas de produção, onde técnicas, insumos e lógicas comerciais modernas convivem com significados identitários vinculados à terra, à família e à ancestralidade.

Todavia, tais transformações não implicam desaparecimento da cultura rural tradicional, mas sua reconstrução. Como aponta Canclini (1997), culturas não se extinguem diante da modernidade; elas se reorganizam, negociando continuidade e mudança. No caso catarinense, o rural contemporâneo expressa esse movimento: práticas agrícolas de matriz germânica, italiana e açoriana são reapropriadas como símbolos identitários, integrando discursos de sustentabilidade, turismo e mercado gastronômico, enquanto formas tecnificadas de produção remodelam o território e a sociabilidade rural. Desse modo, pode-se depreender que as transformações rurais contemporâneas em Santa Catarina revelam um cenário no qual tradição e inovação não se opõem, mas se articulam, produzindo novas formas de pertencimento territorial, economia agrícola e identidade cultural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da influência das migrações europeias — alemã, italiana e açoriana — sobre as práticas agrícolas e a cultura rural de Santa Catarina revela que a constituição da ruralidade catarinense é resultado de um processo histórico complexo, marcado pela conjugação de elementos culturais diversos, pela construção de territorialidades específicas e por contínuos fluxos de transformação sociotécnica. As práticas agrícolas presentes no estado não podem ser compreendidas apenas como técnicas de produção, mas como expressões culturais, estruturadas por modos de vida, valores sociais e sistemas simbólicos que expressam vínculos de identidade, memória e pertencimento. Nesse sentido, a agricultura, longe de ser apenas uma atividade econômica, configura-se como mediadora de continuidade histórica e elemento central da reprodução cultural.

Os grupos migrantes europeus analisados exerceram influências distintas, mas complementares, na formação das comunidades rurais catarinenses. Os açorianos estabeleceram as bases iniciais de ocupação territorial no litoral, articulando práticas agrícolas de subsistência, engenhos comunitários, religiosidade popular e cultura pesqueira. Posteriormente, a imigração alemã introduziu uma organização rural baseada em trabalho familiar disciplinado, policultivo racionalizado e associativismo, consolidando comunidades estruturadas por redes educacionais e religiosas. A imigração italiana, por sua vez, reforçou a centralidade da propriedade familiar como símbolo de continuidade e identidade, difundindo práticas agrícolas diversificadas, especialmente ligadas à vitivinicultura, à produção artesanal de alimentos e à organização comunitária católica.

No entanto, como analisado ao longo deste estudo, tais influências não permanecem isoladas nem estáticas. A convivência entre diferentes grupos migrantes, somada às condições ambientais e às transformações econômicas regionais, produziu um processo contínuo de hibridização cultural, no qual tradições são reinterpretadas, técnicas são compartilhadas e identidades são reconfiguradas. Esse fenômeno evidencia que a ruralidade catarinense não resulta de culturas transplantadas da Europa, mas de sínteses culturais dinâmicas, produzidas no território brasileiro. Com isso, a cultura agrícola

torna-se campo de negociação simbólica, articulando ancestralidade e inovação.

No contexto contemporâneo, as comunidades rurais catarinenses atravessam transformações significativas provocadas pela modernização tecnológica, pela integração a cadeias industriais agroexportadoras, pelo êxodo rural e pela patrimonialização cultural. Tais mudanças produzem deslocamentos no significado da tradição agrícola, que passa a ser reinterpretada como recurso identitário, turístico e econômico. Ainda assim, práticas tradicionais continuam sendo transmitidas e ritualizadas, demonstrando que, apesar das pressões do mercado e da globalização, a cultura rural mantém vitalidade social e simbólica.

Assim, concluímos que a influência das migrações europeias não constitui apenas herança histórica, mas um processo vivo de produção cultural, no qual a agricultura continua a desempenhar papel central na construção de identidades, territorialidades e modos de vida. Compreender essas dinâmicas é fundamental para o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural catarinense, bem como para o desenvolvimento de políticas que articulem tradição, sustentabilidade e inovação no meio rural

## REFERÊNCIAS

ABREU, Gabriela. Etnicidade e práticas agrícolas tradicionais no Sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo. Família, patrimônio e territorialidade rural no Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ARANTES, Antonio. Patrimônio cultural e cultura viva. São Paulo: Sesc, 2016.

CAMPOS, Adriano. Identidade e territorialidade na imigração italiana no Sul do Brasil. Florianópolis: UFSC, 2019.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

CANDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1975.

DE BONI, Luis; COSTA, Rovílio. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987.

FAUSTO, Boris. Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

KREUTZ, Márcia. Luteranismo e educação no sul do Brasil. Porto Alegre: Sinodal, 2004.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

MEDEIROS, Juliana. Patrimônio imaterial e ruralidades no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Zouk, 2020.

MENEZES, Cláudia. Territorialidade e memória agrícola: dinâmicas culturais em comunidades rurais brasileiras. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

PEREIRA, Luísa. Ruralidades contemporâneas e disputas territoriais no Sul do Brasil. Curitiba: Appris, 2022.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Brasília: UnB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. A trama étnica no Brasil: migrações, colônias e identidades. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SOUZA, Ricardo. Açorianos no Sul: cultura, religiosidade e tradição marítima. Florianópolis: Insular, 2013.

WILLEMS, Emilio. Assimilação e populações de origem europeia no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

WOORTMANN, Ellen F. A vida entre parênteses: casa, família e trabalho no meio rural. Brasília: UnB, 1990.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. O trabalho da terra: família e produção camponesa. Brasília: UnB, 1997.

ZANINI, Maria Filomena. Rituais, memória e identidade nas comunidades italianas do Sul do Brasil. Caxias do Sul: UCS, 2014.